

DA INVISIBILIDADE À REINserÇÃO

LUANA MOTTA
Redação Tribuna

A SEGUNDA MATÉRIA DA SÉRIE SOBRE A REALIDADE DOS MORADORES DE RUA ACOMPANHOU O TRABALHO REALIZADO PELA SOCIEDADE CIVIL



Momento de oração e união: o grupo atendido na Chácara Nossa Senhora Aparecida, fruto do trabalho do Padre Quinha, se reúne para rezar diariamente antes das refeições realizadas também em conjunto.

A difícil missão de reaprender a viver em família

O portão principal fica aberto. O caminho que se faz até a casa é cercado por um jardim bem cuidado e pedras pintadas. No quintal tem um lago, onde são criados alguns peixes. A casa, com paredes brancas e rosas, tem também imagens de santos pintadas, do lado de dentro e de fora. Tudo cuidado com muito zelo pelos seus 15 moradores. A Chácara Nossa Senhora Aparecida é um dos frutos do trabalho do Padre José Carlos Medeiros Nunes, o Pe. Quinha, e acolhe pessoas em situação de rua e de extrema vulnerabilidade social.

Como qualquer outro domicílio, há regras. Não entram bebida alcoólica, drogas e nem mesmo tabaco. A proposta se dá em seis meses de acolhimento, que através de um trabalho

de assistência, eles têm a chance de dar o primeiro passo para abandonar os vícios, resgatar o vínculo familiar e a reinserção social.

“Na casa também há regras e normas de convivência. E é uma dificuldade, porque na rua eles não têm isso. As únicas que eles têm são as regras para não sofrer violência. Ai vem para cá, tem que aprender que não pode cuspir em qualquer lugar, tem que usar o banheiro. É um reaprendizado, porque vivendo na rua eles desaprendem tudo isso”, conta o coordenador da Chácara, o diácono João Padilha.

Como em um lar, os acolhidos vivem em família. Deixam de ser números e são vistos como pessoas, “irmãos de rua”. O diferencial da

espiritualidade ajuda a trabalhar a responsabilidade no cuidado com o outro. A reinserção familiar nem sempre é possível. Muitos nem se quer têm familiares vivos. Estes, ainda que tenham condições de serem reinseridos socialmente na comunidade, não têm como se manter financeiramente e acabam morando na Chácara por bem mais do que seis meses.

Como é o caso do Sidney, que tem 55 anos. Por quase dez anos trabalhava vendendo pães pelas ruas de Areal. Por causa do álcool acabou rompendo com o pai e um irmão e foi morar na rua. Há uns 10 anos, Sidney subia a pé uma ladeira em Areal e acabou sendo atropelado por um carro. Contou que estava alcoolizado e não viu o veícu-

lo vindo em sua direção. O acidente deixou sequelas na sua perna direita, o que faz com que tenha muitas dificuldades para caminhar.

Por Areal se tratar de uma cidade relativamente pequena, todos se conhecem. Não demorou muito tempo nas ruas e Sidney foi convidado para morar na Chácara. Há pouco mais de dois anos vivendo no local, conseguiu superar o alcoolismo e sonha em voltar a viver com o pai. Ainda que as sequelas do acidente sejam graves, ele não conseguiu o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que lhe garantiria uma renda de um salário-mínimo para seu sustento fora da Chácara.

Os vínculos familiares que tinha foram se afastando pouco a pouco. Sua

mãe é falecida, não tem mais contato com os outros cinco irmãos, e fala por telefone quase semanalmente só com a única filha, dos dez filhos que teve nos três casamentos. Mas sem ter o benefício social, e sem ter condições de trabalhar, Sidney não tem para onde ir. Quando perguntou se ele gostaria de voltar a morar em Areal ele desabafa.

“Vontade eu tenho, mas tenho que entrar em contato com meu pai, né? Saber como que eu vou. Conversar com ele, saber se eu posso ir. Eu pretendo voltar, tem um pedacinho de terreno que minha mãe me deu lá, quero conseguir comprar o material e fazer uns dois cômodos. E levar o resto da vida, já passei dos cinquenta, tem que pensar na outra metade agora”, respondeu.

Higienização social e abordagem truculenta

Se a abordagem humanizada de grupos da sociedade civil conseguem acolher as pessoas em situação de rua, na outra ponta chovem denúncias e reclamações de abordagens truculentas e despreparo dos agentes públicos. As ações que são descritas muitas vezes como um incentivo à política de higienização social, demonstra claramente a forma como a sociedade e o poder público lidam com a ocupação da população de rua em praças e espaços de grande circulação na cidade.

Em 2017, no primeiro dia do ano, uma equipe do governo municipal realizou uma ação de retirada das pessoas em situação de rua do Centro Histórico. Três secretarias — a então, Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania (Setrac), Guarda Civil e a Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep), fizeram uma limpeza em algumas ruas do Centro, como a calçada da Rua Barão de Tefé e

a Rua Souza Franco. Os pertences dessas pessoas foram levados, e elas foram aconselhadas a irem para o abrigo, no Alto da Serra, o que não aconteceu. O episódio é lembrado com horror, pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) e a Defensoria Pública no município.

Todas as pessoas têm o direito de permanecer na rua, e manter consigo seus pertences, desde que não sejam ilícitos, como explica a defensora pública Marília Pimenta. A abordagem dos setores de ordem pública são motivo de preocupação para a Defensoria Pública. “Não é uma abordagem social, mas a pessoa que está ali tem que ser treinada para isso. O que falta na Guarda é treinamento. Porque dependendo de como é feita a abordagem gera mais violência. Tanto a abordagem de um guarda civil, como de qualquer tipo de autoridade com relação à população de rua, tem que ser uma abordagem

treinada, preparada, especializada nisso. Eles têm que saber abordar porque são pessoas muito feridas pela vida”, disse a defensora.

Em dezembro do ano passado, em meio a inúmeras reclamações de usuários do Terminal Rodoviário Imperatriz Leopoldina, no Centro, sobre o grande número de pessoas em situação de rua que se abrigam no local, a reportagem flagrou o momento em que um Guarda Civil aciona um spray em direção às pessoas que dormiam no chão do Terminal. Sem qualquer preocupação com a gravação, ele aciona o spray, mas não consegue fazer com que as pessoas se levantem, então vai embora.

Se tornou comum ver pessoas dormindo nas vielas do Terminal Centro. E o número de pessoas em situação de rua tem aumentado visivelmente na cidade. De acordo com a Prefeitura, o município possui cerca de 200 pessoas em situação de rua. 75% concentrada no primeiro

distrito; 15% no terceiro distrito; 5% no segundo distrito; 3% no quinto e 2% no quarto. Para a defensora, o aumento da miséria tem influenciado no aumento de pessoas vivendo em situação de rua.

“São diferentes situações em relação à pessoa moradora de rua e à pessoa em situação de rua. A população em situação de rua é muito maior do que a população de moradores de rua. O morador de rua é aquela pessoa que realmente não tem casa. E a pessoa que está em situação de rua é aquela pessoa que está desestruturada familiarmente, mentalmente que às vezes é provisório e as vezes até definitivo”, define.

A Defensoria Pública mantém parcerias com alguns equipamentos no município, como o Centro Pop, Consultório de Rua e o CDDH. Assim, se dedica a garantir que alguns direitos sejam respeitados, como a emissão de documentos de forma gratuita, o acesso à saúde e a fiscalização dos equipamen-

tos de assistência do município.

“Nestes anos trabalhando com a população de rua na Defensoria, eu aprendi a ver com olhar diferente essas pessoas que estão na rua. Aprendi que, dependendo da característica de cada cidade, a gente vai ter uma abordagem diferente. Petrópolis é uma cidade burguesa, por isso, nós vimos essas pessoas com olhar ruim. Nós não vemos essas pessoas como pessoas à margem da sociedade e que precisam do apoio do poder público. A gente vê essas pessoas como criminosas e como um incômodo social que tem que tirar da frente. E para tirar da frente, começa a exigir do poder público essas medidas de higienização que praticam e que são ilegais”.

Para a defensora Marília, um trabalho bem feito pode ajudar as pessoas a saírem da situação de rua. “Mas tudo tem que ser feito com paciência e treinamento, por pessoas especializadas nisso”, completa. •

“Vamos para a rua para ajudar e quem são ajudados somos nós”

Ângela Lima começou o trabalho voluntário com a população de rua há 8 anos. Mas, há quatro anos, com o apoio de amigos e familiares, iniciou o projeto Abraços que curam. O projeto não tem ligação com nenhuma entidade ou movimento religioso, é um grupo de voluntários que vai às ruas uma vez por semana para visitar as pessoas em situação de rua. São cerca de setenta pessoas, entre os que vão às visitas e os que ajudam com doação de alimentos, dinheiro para comprar medicamentos e material de higiene.

Entre tantas visitas, nas ruas, os voluntários ouvem as mais diversas histórias. Uma problemática enfrentada em muitos casos, é o “se acostumar” a viver em situação de rua. “Os vínculos interrompidos não são apenas com familiares, mas com eles próprios. Perdem a identidade, esquecem de quem foram. São pessoas com uma história com todos nós, que tiveram infância, muitos estudaram, tem formação e até profissão” e, agora, vivem na invisibilidade.

A resposta resistente às abordagens é consequência da falta de sensibilidade da sociedade em reconhecê-los como indivíduos. “Como é importante reconhecê-los pelo nome. Além de se abrirem, eles se veem como indivíduos, como pessoas novamente. Quando encontro com algum na rua, sempre procuramos o cumprimentar pelo nome”. Ângela explica que até os

apelidos que são conhecidos nas ruas, costumam ser evitados pelo grupo. Ela conta que um dia desses encontrou com um dos moradores que ela conhece das abordagens dentro do banco, fazendo o saque de um benefício que tinha direito. “Eu o cumprimentei pelo nome e as pessoas ficaram olhando sem entender. Como se as pessoas em situação de rua não tivessem nome, ou não fizessem coisas deste tipo, como ir ao banco”.

O grupo se reúne sempre nas noites de domingo, e encontra uma média de 25 pessoas por semana. São alimentos, roupas e cobertores aos que precisam. Os medicamentos só são entregues se eles apresentarem a receita médica. “A sociedade tem uma visão cristalizada sobre as pessoas em situação de rua. Essas pessoas têm uma imagem naturalizada de que são pessoas marginalizadas, o que precisa hoje é uma desconstrução de quem são essas pessoas”, completa Ângela.

A cidade hoje, tem quase dez grupos de voluntários que promovem ações pela população de rua. São feitas ações semanais, ou abordagens semanais como os promovidos pelos dois grupos. Sem políticas públicas efetivas que dê oportunidades e garanta os direitos da população de rua, o olhar sensibilizado de pequenos grupos da sociedade civil é o que, em muitos casos, garante o mínimo de assistência e até sobrevivência dessas pessoas. •



Hospital SMH - Beneficência Portuguesa de Petrópolis

Conheça nossas novas especialidades!

ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA:

• ORTOPEDIA ESPECIALIZADA EM PATOLOGIAS DO PÉ E TORNOZELO

• ORTOPEDIA ESPECIALIZADA EM ATENDIMENTO INFANTIL

UROLOGIA:

• ESTUDO URODINÂMICO

GINECOLOGIA:

• HISTEROSCOPIA (diagnóstica e cirúrgica)

Hospital SMH - sempre cuidando da sua saúde!
Credenciado a mais de 50 convênios



Av. Portugal, 236/190, Valparaíso – Petrópolis

(24) 2244-4200

www.hospitalsmh.com.br



Entre os 10 melhores cursos de Ensino a Distância avaliados pelo EAD Ranking no Brasil (Revista Exame).

• Cerca de 30 cursos de Graduação e Pós-Graduação a distância;

• Professores com ampla experiência profissional;

• 5 Polos - localizados em Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Itatiba e Petrópolis;

• Metodologia exclusiva de ensino.

Aproveite as condições especiais e comece a estudar já: usf.edu.br/ead

